

CNMP

Pessoal, vou comentar as questões da prova.

34. Determinado ente público arrecadou, no mês de fevereiro de 2015, receita de impostos no valor de R\$ 180.000,00, concomitante ao fato gerador. Considere o lançamento contábil da receita arrecadada no sistema contábil, utilizando-se o título da conta debitada e creditada, conforme Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

(A) no subsistema orçamentário: **Debita:** Receita Realizada e **Credita:** Previsão da Receita.

(B) no subsistema patrimonial: **Debita:** Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional e **Credita:** Receita arrecadada.

(C) no subsistema patrimonial: **Debita:** Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional e **Credita:** Receita realizada.

(D) no subsistema orçamentário: **Debita:** Receita a realizar e **Credita:** Receita realizada.

(E) no subsistema de compensação: **Debita:** Crédito Disponível e **Credita:** Controle da disponibilidade de recursos.

Gabarito: D.

35. Pelo reconhecimento do crédito tributário, pode-se proceder ao registro contábil do direito a receber. Assim, o registro contábil dos créditos tributários a receber, nos termos das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, atende o

(A) regime contábil orçamentário.

(B) princípio da arrecadação tributária.

(C) regime contábil de caixa.

(D) princípio da transparência.

(E) princípio da competência.

Gabarito: E.

36. Determinada autarquia pública pretende realizar a depreciação de um bem pelo método das quotas constantes. Valor contábil do bem R\$ 20.000,00; foi determinado o valor residual de R\$ 4.000,00; a vida útil do bem é de cinco anos. Assim, o valor depreciável e o valor da depreciação anual, são, em reais, respectivamente,

- (A) 18.000,00 e 3.600,00.
- (B) 16.800,00 e 3.200,00.
- (C) 16.000,00 e 3.200,00.
- (D) 20.000,00 e 4.000,00.
- (E) 16.000,00 e 4.000,00.

Gabarito: C.

Para responder às questões de números 37 a 39, considere as seguintes transações realizadas por determinada entidade do setor público, no mês de março de 2015, a classificação da receita por categoria econômica e a classificação dos créditos adicionais:

Transações Realizadas	Valor em R\$
– Anulação parcial de dotação orçamentária para aquisição material de consumo	170,00
– Arrecadação de receitas de impostos	500,00
– Depreciação de bens móveis	180,00
– Arrecadação de receitas de transferências da União para construção de um ginásio esportivo	600,00
– Abertura de crédito adicional para realização de despesas para as quais não haviam dotação orçamentária específica	230,00
– Arrecadação de receitas de aluguel de imóveis	150,00
– Abertura de crédito adicional para reforço de dotação orçamentária para aquisição de computadores	70,00
– Reavaliação de bens imóveis	200,00
– Arrecadação de receitas com operações de crédito de longo prazo, destinado a construção de dois hospitais	700,00
– Arrecadação de receitas imobiliárias	100,00
– Abertura de crédito adicional para realização de despesas urgentes e imprevistas, no caso, de calamidade pública	130,00
– Receita de alienação de bens imóveis	150,00

37. O valor do crédito adicional especial foi, em reais, de

- (A) 430,00.
- (B) 230,00.
- (C) 300,00.
- (D) 360,00.
- (E) 260,00.

Gabarito B.

38. As receitas correntes somam, em reais,

- (A) 750,00.
- (B) 650,00.
- (C) 600,00.
- (D) 500,00.
- (E) 920,00.

500+ 150+100 = 750, gabarito A.

39. O montante das receitas de capital é, em reais, de

- (A) 1.750,00.
- (B) 1.300,00.
- (C) 1.450,00.
- (D) 850,00.
- (E) 1.550,00.

600+700+150 = 1.450, gabarito C.

40. Determinado órgão público federal contratou uma empresa para fornecimento de vale refeição, para um período de 90 dias, no valor total de 95.000,00. Considerando o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, no registro contábil do empenho da despesa no subsistema de informações orçamentário, utilizam-se os seguintes títulos de contas:

- (A) debita: despesa de custeio e credita: fornecedores.
- (B) debita: despesa empenhada e credita: empenho a pagar.
- (C) debita: serviços de terceiros – PJ e credita: fornecedores.
- (D) debita: crédito empenhado a liquidar e credita: crédito empenhado liquidado a pagar.
- (E) debita: crédito disponível e credita: crédito empenhado a liquidar.

Gabarito: E.

41. A despesa total com pessoal, nos termos da Lei Complementar no 101/2000, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder a determinados percentuais da receita corrente líquida. Considerando que a receita corrente líquida utilizada para apuração do cumprimento legal da despesa líquida de pessoal do Ministério Público da União, referente ao primeiro quadrimestre de 2015, fosse de R\$ 99.550.000,00. Neste caso, o limite

- (A) prudencial seria de R\$ 537.570,00.
- (B) máximo seria de R\$ 567.435,00.
- (C) máximo seria de R\$ 537.570,00.
- (D) prudencial seria de R\$ 567.435,00.
- (E) de alerta seria de R\$ 597.300,00.

Limite total = 0,6% x 99.550.000 = R\$ 597.300.

Limite prudencial = 0,95% x 597.300 = R\$ 567.435.

Limite de alerta = 0,90% x 597.300 = R\$ 537.570.

Gabarito D.

Atenção: Para responder às questões de números 42 a 44, considere o Balanço Patrimonial Encerrado em 31.12.2013 de determinada entidade do setor público e as informações abaixo.

Balanço Patrimonial Encerrado em 31.12.2013

Ativo	Valor	Passivo	Valor em R\$
Circulante	450,00	Circulante	420,00
Caixa e Equivalente de Caixa	450,00	Obrigações Trabalhistas	180,00
		Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	240,00
Não Circulante	1.150,00	Não Circulante	580,00
Bens Móveis	290,00	Empréstimos a Longo Prazo	580,00
Bens Imóveis	910,00		
(-) Depreciação Acumulada	(50,00)		
		Patrimônio Líquido	600,00
		Resultados Acumulados	600,00
Total do Ativo	1.600,00	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.600,00

Durante o exercício de 2014 a entidade realizou as seguintes transações:

	(em R\$)
– Arrecadação de receitas patrimoniais	190,00
– Empenho de despesa de pessoal e encargos sociais	370,00
– Empenho de despesas de juros e encargos da dívida	120,00
– Arrecadação de receitas de transferências correntes	200,00
– Pagamento de fornecedores do exercício de 2013	150,00
– Empenho de despesas de conservação e manutenção de bens imóveis	230,00
– Recebimento de caução de empresa contratada para execução de obras	190,00
– Arrecadação de receitas de serviços	110,00
– Recebimento em doação de dois tratores novos de uma entidade do setor público	280,00
– Pagamento de despesas orçamentárias empenhadas no exercício de 2014	580,00
– Doação de dois imóveis adquiridos em 2012, para uma autarquia hospitalar municipal	300,00
– Arrecadação de receitas tributárias	450,00
– Pagamento de obrigações trabalhistas do exercício de 2013	90,00

42. De acordo com o Balanço Patrimonial levantado em 31.12.2014, o valor do ativo circulante é, em reais, de

- (A) 470,00.
- (B) 770,00.
- (C) 530,00.
- (D) 1.050,00.
- (E) 580,00.

Ativo Circulante em 31.12.2014 = Ativo Circulante em 31.12.2013 +190+200-150+190+110-580+450-90 → AC em 31.12.2014 = 770.

Gabarito B.

43. O valor inscrito em restos a pagar do exercício de 2014 foi, em reais, de

- (A) 260,00.
- (B) 350,00.
- (C) 330,00.
- (D) 230,00.
- (E) 140,00.

RP = Despesas orçamentárias empenhadas – despesas orçamentárias pagas → RP = (370+120+230) – (580) → RP = 720 – 580 → RP = 140. Gabarito E.

44. O valor do resultado patrimonial apurado no exercício de 2014 é, em reais, de

- (A) 160,00.
- (B) 490,00.
- (C) 210,00.
- (D) 400,00.
- (E) 230,00.

Resultado Patrimonial = VPA – VPD →

VPA = 190 + 200 + 110 + 280 + 450 → VPA = 1.230.

VPD = 370 + 120 + 230 + 300 → VPD = 1.020.

RP = 210.

Cabe recurso, pois no empenho não ocorre a Variação Patrimonial Diminutiva.

46. Os demonstrativos contábeis levantados em 31.12.2014, de determinado ente público, evidenciaram um excesso de arrecadação no valor de R\$ 98.950.000,00, e um superávit financeiro no valor de R\$ 57.850.000,00, que poderá ser utilizado como recurso para abertura de créditos adicionais no exercício seguinte. Nos termos da Lei Federal no 4.320/64, o excesso de arrecadação e o superávit financeiro são apurados, respectivamente, mediante:

- (A) o Balanço Orçamentário e o Balanço Patrimonial.
- (B) a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Financeiro.
- (C) o Balanço Orçamentário e o Balanço Financeiro.
- (D) o Anexo de Metas Fiscais e o Balanço Patrimonial.
- (E) o Balanço Orçamentário e o Demonstrativo de Fluxo de Caixa.

Gabarito: A.